

**A.I. Nº** - 128984.0864/23-0  
**AUTUADO** - ALIANCA FARMA DISTRIBUIDORA LTDA.  
**AUTUANTE** - RUI ALVES DE AMORIM  
**ORIGEM** - DAT SUL / IFMT SUL  
**PUBLICAÇÃO** – INTERNET 17/01/2025

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACORDÃO JJF Nº 0321-02/24-VD

**EMENTA:** ICMS ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA TOTAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. TRÂNSITO MERCADORIAS. É obrigatório o recolhimento do ICMS Antecipação Tributária Total antes da entrada no Estado da Bahia conforme estabelece o § 2º do inciso III do Art. 332 do RICMS. O contribuinte não possui regime especial para recolher o ICMS Antecipação Tributária no dia 25 do mês subsequente à entrada da mercadoria no Estado, e estando descredenciado, deve recolher o imposto antes da entrada no Estado. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração, lavrado em 07/06/2023, em que é exigido o ICMS no valor de R\$ 32.410,62, mais multa de 60% pelo cometimento da seguinte infração.

Infração 01 – 54.001.003 Falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias elencadas no Anexo 1 do RICMS adquiridas para comercialização, procedente de outra unidade da federação, por contribuinte descredenciado.

Enquadramento Legal: Art. 8º, § 4º, inciso I, alínea “a” da Lei 7.014/96 C/C art.332, inciso III, alínea “a”, §§ 2º e 3º do RICMS publicado pelo Decreto 13.780/2012.

**Tipificação da Multa:** Alínea “d”, inciso II do art. 42 da Lei 7.014/96.

O Autuante assim descreveu a ação que motivou a lavratura da Notificação Fiscal:

“Aquisição de mercadorias procedente de outra unidade federada para comercialização ou outros atos de comércio por contribuinte que não possui Regime Especial para pagamento posterior do ICMS antecipação tributária, e deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antes do ingresso das mercadorias neste Estado, conforme prevê o Art. 289, § 2º A inciso IV do RICMS-BA. Conforme DANFE 160867/163280/163301/163550”.

Consta anexado ao processo: I) Termo de Ocorrência Fiscal nº 1294831319/23-9 (fl. 5); II) cópias dos DANFES 160867, 163280, 163301, 163550 (fls. 7/11); III) Cópia do DACTE nº 16305 (fl. 17); IV) Cópia do documento do veículo e CNH do motorista (fl. 15); V) cópia da consulta de Contribuinte Descredenciado (fl. 12).

O Autuado apresenta peça defensiva, com anexos, às fls. 20/32.

Inicia a defesa pedindo que o Auto de Infração de trânsito seja nulo, pois a empresa em questão tem o Termo de Acordo Dec. 11.872/2009, com efeito até 30/06/2023, data esta posterior a data do auto.

Diz que o Termo de Acordo Dec. nº 11.872/2009, lhe confere o direito de recolhimento do ICMS antecipação tributária no vigésimo quinto dia do mês subsequente à data da ocorrência, conforme processo deferido nº 04043220221.

Pede a impugnação da infração por fundamentos fáticos e comprobatórios ao Auto de Infração e requer que seja julgado improcedente, reconhecendo o equívoco da autoridade autuante, conforme razões e demonstrativos juntados em papel e mídia.

O Autuante apresenta informação fiscal na página 36 do processo.

Cita que a Autuada solicita que o Auto de infração seja nulo porque a empresa é beneficiária de “Regime Especial” previsto no Decreto 11.872/2009.

Informa que a empresa foi autuada por estar descredenciada para efetuar o pagamento da Antecipação Tributária nos prazos estipulados pela legislação, tendo em vista que se encontrava com restrição de crédito inscrito na Dívida Ativa conforme documento fls.13. O Decreto impõe que somente será credenciado o contribuinte que não possua débito inscrito na Dívida Ativa, a menos que sua exigibilidade esteja suspensa e esteja adimplente com o recolhimento do ICMS.

Finaliza pedindo que seja julgado procedente integralmente o Auto de Infração.

É o relatório.

### VOTO

O Auto de Infração foi lavrado com o objetivo de cobrar o ICMS da Antecipação Tributária Total das mercadorias constantes nos DANFES 160867/163280/163301/163550, no valor histórico de R\$ 32.410,62, e é composta de 01 (uma) infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

O Autuante em sua peça, acusa o Autuado tipificando-a na infração de falta de recolhimento do ICMS ref. à Antecipação Tributária Total, em aquisição interestadual ou do exterior, de mercadorias enquadradas pela legislação interna no regime de substituição tributária, por estar descredenciado para o pagamento postergado do imposto, e para tal se alicerça do enquadramento do art. 332, inciso III, alínea “a”, §§ 2º e 3º do RICMS/BA/12:

**Art. 332.** O recolhimento do ICMS será feito:

....

**III** – antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

a) enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação, relativamente ao imposto correspondente à operação ou operações subsequentes;

(...)

**§ 2º** O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino.

Na defesa, o Autuado solicita a anulação da cobrança dos valores do PAF, pois a empresa possui regime especial para efetuar o pagamento no vigésimo quinto dia útil do mês seguinte, conforme processo deferido nº 04043220221, referente Decreto 11.872/2009.

Em consulta ao INC- Informações do Contribuinte/Processo Tributário encontro o processo nº 04043220221, com o Parecer 3633/2022 pelo credenciamento para o tratamento tributário previsto no Decreto 11.872/2009, com efeitos de 01/07/2022 a 30/06/2023.

No entanto, a empresa autuada está equivocada no seu entendimento, sobre a aplicabilidade do Decreto 11.872/2009, pelas seguintes razões: I) a empresa credenciada ficará responsável pela antecipação tributária do ICMS relativa às operações subsequentes e terá uma redução na base de cálculo de 28,53% dos produtos relacionados no Decreto; II) os produtos relacionados nos DANFES

( Toalha umedecida NCM 94011190, Fralda Geriátrica NCM 96190000) não constam na relação dos produtos beneficiados pelo Decreto; III) O Decreto não altera o prazo de pagamento do ICMS Antecipação Tributária para o mês seguinte; IV) o Decreto estabelece condições para que o contribuinte usufrua dos seus benefícios como: II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa:

**Decreto Nº 11872 DE 04/12/2009**

*O Governador do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e considerando os Protocolos ICMS nºs 99/2009 e 105/2009,*

*Decreta:*

**Art. 1º** Fica instituído regime especial de tributação ao distribuidor de medicamentos localizado neste Estado, mediante credenciamento, nas importações e nas aquisições interestaduais dos produtos farmacêuticos medicinais de uso não veterinário a seguir relacionados, para atribuição da responsabilidade pela antecipação tributária do ICMS relativa às operações subsequentes nos termos deste Decreto: **(Redação do caput dada pelo Decreto Nº 20136 DE 07/12/2020).**

*I - vacinas e soros para medicina humana - NCM 3002;*

*II - medicamentos - NCM 3003 e 3004;*

*III - preservativos - NCM 4014.10.00;*

*IV - seringas - NCM 9018.31;*

*V - agulhas para seringas - NCM 9018.32.1;*

*VI - provitaminas e vitaminas - NCM 2936;*

*VII - contraceptivos (dispositivos intra-uterinos - DIU) - NCM 3926.90 ou 9018.90.99;*

**(Revogado pelo Decreto Nº 20136 DE 07/12/2020):**

*VIII - preparação para higiene bucal e dentária - NCM 3306.90.00;*

*IX - preparações químicas contraceptivas à base de hormônios ou de espermicidas - NCM 3006.60;*

*X - luvas cirúrgicas e luvas de procedimento - NCM 4015.11.00 e 4015. 19.00;*

*XI - preparações opacificantes (contrastantes) para exames radiográficos e reagentes de diagnóstico concebidos para serem administrados ao paciente - NCM 3006.30. (Redação dada ao caput pelo Decreto nº 13.165, de 11.08.2011, DOE BA de 12.08.2011)*

§ 1º - O detentor do regime especial de tributação previsto no caput reduzirá a base de cálculo da antecipação do lançamento do imposto relativo às operações subsequentes em 28,53% (vinte e oito inteiros e cinquenta e três centésimos por cento), vedada a fruição de qualquer outra redução, ainda que prevista em convênio ou protocolo. **(Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 16738 DE 20/05/2016).**

§ 2º Em substituição à aplicação da redução de base de cálculo prevista no caput, o contribuinte poderá optar em calcular o imposto devido por antecipação tributária de forma simplificada, mediante aplicação do percentual de 16% (dezesseis por cento) sobre o valor de aquisição, neste incluídos o IPI, frete e demais despesas debitadas ao adquirente, sendo que, o valor a ser recolhido não deverá ser inferior a 3% (três por cento) do preço máximo de venda a consumidor. **(Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 15807 DE 30/12/2014).**

§ 3º A redução de base de cálculo prevista nos §§ 1º e 2º deste artigo não se aplica nas operações de transferência entre estabelecimentos da mesma empresa, exceto nas transferências da indústria para filial atacadista cuja redução será aplicada na saída subsequente. **(Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 14073 DE 30/07/2012).**

**Art. 1º-A.** O contribuinte detentor do regime especial de que trata este decreto poderá lançar a crédito, no período de apuração respectivo, o valor equivalente a 16,667% (dezesseis inteiros, seiscentos e sessenta e sete milésimos por cento) do valor do imposto incidente nas operações interestaduais que realizar com os produtos farmacêuticos medicinais de uso não veterinário relacionados no art. 1º. **(Artigo acrescentado pelo Decreto Nº 16738 DE 20/05/2016).**

**Art. 2º** Ainda que não haja previsão expressa em acordo interestadual possibilitando o deslocamento da responsabilidade pela antecipação tributária ao destinatário da mercadoria detentor do regime especial de tributação, o remetente ficará dispensado da retenção do imposto nas remessas para os signatários do termo de acordo previsto neste Decreto. **(Redação do artigo dada pelo Decreto Nº 14898 DE 27/12/2013).**

**Art. 3º** Somente será credenciado o contribuinte que: **(Redação do caput dada pelo Decreto Nº 20136 DE 07/12/2020).**

*I - esteja enquadrado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) sob o código 4644-3/01*



- comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;

II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;

III - esteja adimplente com o recolhimento do ICMS;

IV - esteja em dia com a entrega:

a) da Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA);

b) da escrituração fiscal digital - EFD; (**Redação da alínea dada pelo Decreto Nº 14372 DE 28/03/2013**).

V - possua faturamento anual superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). (**Redação do inciso dada pelo Decreto Nº 14372 DE 28/03/2013**).

VI - tenha autorização para comercialização de medicamentos concedida pela ANVISA. (**Inciso acrescentado pelo Decreto Nº 20136 DE 07/12/2020**).

**Art. 4º** O credenciamento para adoção do regime especial de tributação previsto neste Decreto será efetuado pelo titular da Diretoria de Estudos Econômico-Tributários e Incentivos Fiscais - DIREF, que determinará as condições e procedimentos aplicáveis ao caso. (**Redação do caput dada pelo Decreto Nº 20136 DE 07/12/2020**).

§ 1º A relação dos contribuintes credenciados de que trata este artigo será disponibilizada no sítio da internet da SEFAZ/BA e da Secretaria Executiva do CONFAZ. (**Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 20136 DE 07/12/2020**).

§ 2º No requerimento solicitando o credenciamento, o contribuinte deverá informar se é distribuidor exclusivo de clínicas, hospitais e órgãos públicos. (**Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 20136 DE 07/12/2020**).

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial o art. 3-A do Decreto nº 7.799, de 09 de maio de 2000, bem como os termos de acordo concedidos com base neste dispositivo.

**Art. 6º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Dessa forma, o contribuinte não possui regime especial para o recolhimento no dia 25 do mês subsequente à entrada da mercadoria no estabelecimento como alega, e estando descredenciado, deve recolher o ICMS da Antecipação Tributária Total antes da entrada das mercadorias no Estado da Bahia.

Por tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **128984.0864/23-0**, lavrado contra **ALIANÇA FARMA DISTRIBUIDORA LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 32.410,62**, acrescido da multa de 60%, estabelecido no art. 42, II, “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das sessões do CONSEF, 12 de dezembro de 2024.

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR

ZILRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO - JULGADORA